

A ESCOLA ESTADUAL PADRE FRANCO DELPIANO NA DÉCADA DE 1970: ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E CONTEXTO EDUCACIONAL

Andrew Vinícius Cristaldo da Silva¹
Nádia Bigarella²

Eixo 2 – Educação e Políticas Educacionais

Resumo: O estudo sobre a Escola Estadual de 1º grau Pe. Franco Delpiano, na década de 1970, revela como sua estrutura e funcionamento refletiam a política educacional da ditadura militar, especialmente a Lei nº 5.692/71. A escola atendia, que atendia alunos com Lepra, do 1º ao 4º ano do antigo 1º grau (atual Ensino Fundamental I), funcionando no período vespertino, sem cobrança de taxas, e com infraestrutura básica. Não havia cantina, APM, ou estatuto próprio. O currículo era orientado por um Planejamento Curricular elaborado pela Secretaria de Educação, similar ao atual PPP, mas com forte viés tecnicista e disciplinador. A proposta visava formar sujeitos adaptados à ordem social da época, valorizando a disciplina como caminho para a cidadania. O ensino era centralizado, com conteúdo definido e foco na avaliação do comportamento e desempenho, com índices expressivos de evasão e reprovação. As disciplinas eram ministradas por professores regentes, e os conteúdos escolhidos buscavam moldar comportamentos esperados, dentro de uma lógica de controle social. A cultura escolar refletia um modelo eurocêntrico, que silenciava saberes locais e impunha uma visão homogênea de educação, ligada ao projeto de modernidade/colonialidade. Assim, a escola funcionava como instrumento de reprodução de valores impostos pelo regime militar, distantes da realidade dos alunos. Refletir sobre esse modelo é essencial para compreender os desafios atuais da educação brasileira, especialmente no que diz respeito à valorização da diversidade e à construção de uma escola mais inclusiva e democrática. Esta pesquisa foi um recorte da tese de Doutorado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco.

Palavras-chave: História da educação; Lei 5.692/71; Currículo Escolar.

Introdução

Antes de descrever a administração e funcionamento da Escola Estadual de 1º grau Pe. Franco Delpiano na década de 1970, é importante entender como funcionava a educação nessa época. Antes da década de 1970 existia o ensino primário e o ginásio. Ao terminar o primário fazia-se uma prova chamada “admissão” para entrar no ginásio. Se não passasse nessa prova, voltava a fazê-la até passar para o ginásio. No ginásio o educando podia escolher o curso normal, científico ou contador. O curso normal correspondia ao que conhecemos como magistério em nível médio, hoje denominado normal médio, para formar professores em nível médio. Com a Lei 5.692/71, de 11 de agosto de 1971, a prova de admissão passou a não existir e os segmentos primário e ginásio passaram a ser etapas contínuas sendo chamados de 1º grau, ensino integrado de 8 anos. Após concluir o 1º grau poderia ingressar no 2º grau nos cursos profissionalizantes. Sobre a década de 1970 encontramos, nos arquivos da escola, o Planejamento Curricular (1976), Atas de resultados finais (1976), caracterização do estabelecimento onde funcionava a escola (1976).

Ao ler os documentos do arquivo da Escola Estadual de 1º grau Padre Franco Delpiano, compreendemos que foram os internos analfabetos e os alfabetizados que resolveram montar uma sala de aula onde os próprios pacientes que sabiam ler ensinariam os que não sabiam ler. Foi essa primeira organização escolar informal que foi chamada de Escola Mista Rural Colônia São Julião (Escola Delpiano, 1976). Com o passar dos anos houve a vontade de construir um

¹ Doutor em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco - Participante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Educacionais e Órgãos de Gestão dos Sistemas de Ensino (GEPSE) da UCDB. Técnico dos Anos Iniciais da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, MS.

² Doutora em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco - Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Educacionais e Órgãos de Gestão dos Sistemas de Ensino (GEPSE) e Professora da UCDB.

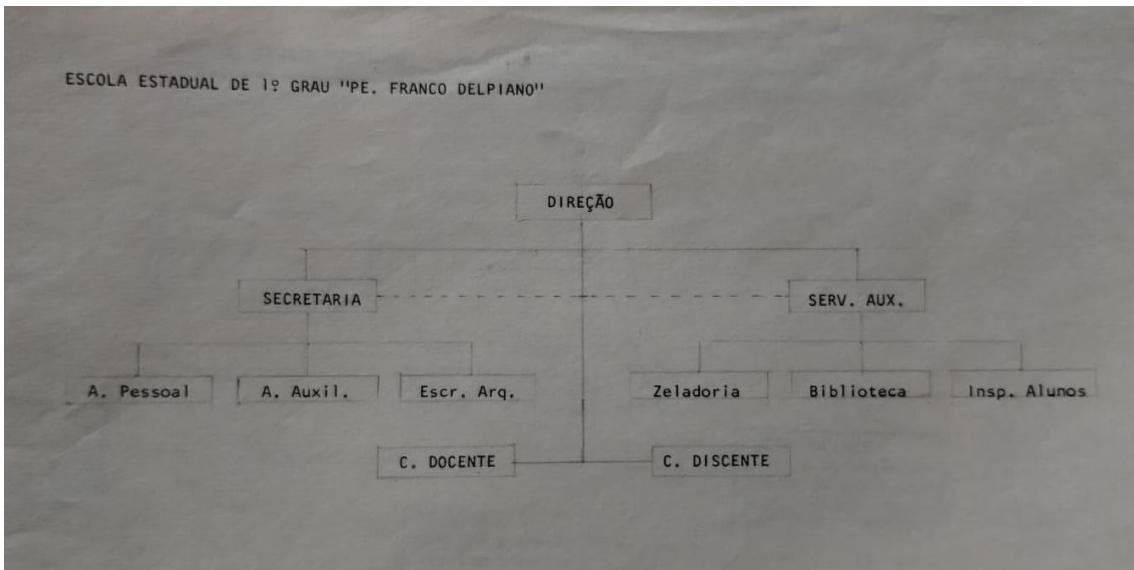
espaço escolar formal no complexo hospitalar, e isso aconteceu com a ajuda dos voluntários italianos e dos pacientes, especialmente do paciente chamado Lino Villachá. Essa necessidade embasou, por direito legal, a criação de uma escola que atendesse esse público de pessoas (Escola Delpiano, 1976). Lino Villachá viveu no hospital desde os doze anos de idade e faleceu em 1994. Superando suas limitações físicas, tornou-se o primeiro diretor da escola em 1971, permanecendo no cargo até 1991. Assim, o hospital São Julião que abrigou a primeira escola dentro de um hospital, localizada no município de Campo Grande – MS, inicialmente construída para atender pessoas com Hanseníase, resultado de uma política nacional, pensada pelo governo federal que previa a internação compulsória, extraíndo os doentes dos espaços sociais, preservando uma sociedade sadia. Nestes lugares, estes alunos, também hanseníicos, eram privados de direitos básicos de cidadania, eram vigiados, controlados e governados por leis específicas do estado e das instituições que os acolhiam, o que evidencia a colonialidade, a subalternização, ocultando-os e excluindo-os como ervas daninhas a serem eliminadas, como afirma Bauman (1998, p. 79) “Se o projeto de um jardim define o que é erva daninha, há ervas daninhas em todo jardim. E ervas daninhas devem ser exterminadas”.

Mesmo depois da cura, a maioria dos pacientes/alunos da antiga internação compulsória, continuam residindo no hospital, porque são considerados impuros, sujos, agentes poluidores, o que justifica a construção do hospital ser tão afastada da área urbana da cidade. Os alunos dessa escola, eram aqueles que, na visão de Lino Villachá, conviviam com um monstro invisível que lhes perseguiam de noite e de dia, reduzindo-os farrapos 37 humanos (Villachá, 1986). As deformidades não eram apenas físicas, eram espirituais, sociais e faziam parte do cotidiano daquela escola.

Em meio ao Estado Novo, a Ditadura de Getúlio Vargas (1937 - 1945), o isolamento era recomendado para todos acometidos pela enfermidade, como também para outros que o estado considerava desviante do padrão social de normalidade, eram segregados, isolados internados na mesma instituição, podendo incluir dissidentes políticos (Machado, Campos, Santos, 2023). Ocorre que, para quem tinha lepra a política adotada pelo governo brasileiro, segundo as orientações internacionais científicas, era de confinar os doentes em asilos colônias específicos para atender esta enfermidade durante toda a segunda metade do século XX, na profilaxia e tratamento da lepra/hanseníase. Os hospitais colônias foram comparados a Campos de Concentração visto que, “quem entrava, dificilmente saía, tanto que as instalações possuíam prisão para infratores e os que tentavam fugir” (Ramos, s/d, p. 1). O isolamento como medida de combate à doença, era embasado no sanitarismo, higienismo e eugenismo.

Assim, as cidades foram higienizadas, com ênfase em discursos respaldados pelo medo e com propósito de proteger as classes dominantes (Pavani, 2019). Nessa época, os doentes eram caçados e capturados para serem internados em leprosários (Cristo e França, 2021). Como o objetivo era a purificação da sociedade se livrando dos indesejados, dos degenerados, as ações sanitárias se aproximavam bastante da eugenia, (Pavani, 2019), ou seja, por meio do controle social, melhorar a espécie humana eliminando os genes ruins.

Imagen 1 – Estrutura e funcionamento da escola na década de 1970



Fonte: Acervo da escola (década de 1970) - Organograma da Escola Estadual de 1º grau Pe. Franco Delpiano

A escola na década de 1970, funcionava apenas no período vespertino com o oferecimento do 1º grau (1^a, 2^a, 3^a, e 4^a séries), o que corresponde hoje aos anos iniciais do Ensino Fundamental. A escola possui biblioteca e recebia livros didáticos da 1^a a 4^a séries e não cobrava nenhuma taxa escolar. Não possuía Associação de Pais e Mestres (APM), não tinha Estatuto publicado, Centro Cívico, cooperativa escolar ou cantina comercial.

O terreno onde a escola funcionava possuía um total de 940 m², com área coberta de 292 m², área descoberta construída 540 m², área não construída 108 m². O prédio onde a escola funcionava era de alvenaria com telhado de amianto. O abastecimento de água da escola era feito por poço artesiano, a eletricidade fornecida pela rede pública e os dejetos e águas residuais eram canalizadas para uma fossa séptica. O prédio possuía oito dependências: 4 salas de aula, direção, sala de professores, biblioteca e banheiro, além de 1 quadra de esportes descoberta e 1 área de lazer coberta. O prédio era alugado por CR\$10.550,00 Cruzeiros (Escola Delpiano, 1976).

No arquivo da escola encontramos um documento denominado “Planejamento Curricular”, que foi organizado pela Secretaria de Estado de Educação, e pelo que entendemos é um documento para ser usado como um norteador para a confecção da proposta educacional da escola se assemelhando ao atual Projeto Político Pedagógico (PPP).

Segundo Silva (2003, p. 296) projeto pedagógico é:

[...] um documento teórico-prático que pressupõe relações de interdependência e reciprocidade entre os dois polos elaborados coletivamente pelos sujeitos da escola e que aglutina os fundamentos políticos e filosóficos em que a comunidade acredita e os quais deseja praticar; que define os valores humanitários, princípios e comportamentos que a espécie humana concebe como adequados para a convivência humana; que sinaliza os indicadores de uma boa formação e que qualifica as funções sociais e históricas que são de responsabilidade da escola.

Afirmamos semelhança com o atual PPP, porque no documento denominado “Planejamento Curricular” encontramos os mesmos fundamentos apontados por Silva (2003) ao definir Projeto Político Pedagógico (PPP), como veremos nos parágrafos a seguir.

O documento mostra que a escola deveria ser vista como um órgão técnico específico criado para educar e favorecer o progresso de integração do homem na sociedade, de reconhecer as reais possibilidades do educando, levando-os a melhorias, orientando-os a serem cidadãos conscientes de suas responsabilidades, direitos e deveres exigidos pela vida social. Nessa época e ainda hoje, as palavras progresso e integração eram muito utilizadas pelo Governo Militar que se fundamentava na Teoria do Desenvolvimento Social chamada positivismo, que afirmava na progressão constante da sociedade. “O imaginário do progresso, de acordo com a qual todas as sociedades progridem no tempo de acordo com as leis universais inerentes à natureza ou ao espírito humano, aparece assim como um produto ideológico construído do dispositivo de poder moderno/colonial” (Castro-Gómez, 2005, p. 84). Para a Modernidade, nós da América, precisamos progredir para alcançar o último estágio:

[...] aquele alcançado pelas sociedades européias, [que] é construído, por sua vez, como “o outro” absoluto do primeiro e à sua contraluz. Ali reina a civilidade, o Estado de direito, o cultivo da ciência e das artes. O homem chegou ali a um estado de “ilustração” em que, no dizer de Kant, pode autolegislar-se e fazer uso autônomo de sua razão. A Europa demarcou o caminho civilizatório pelo qual deverão transitar todas as nações do planeta (Castro-Gómez, 2005, p. 84).

Essa ideia incrustada em nós de que somos e estamos aquém das sociedades européias é uma das narrativas da modernidade de que em nosso continente só havia bárbaros sem cultura e para progredirmos para estágio de perfeição humana dos europeus precisávamos ser civilizados por meio da ordem, da disciplina, da educação. Esse é um projeto da modernidade/colonial, que impõe um modelo de conhecimento hegemônico, eurocêntrico e que visa ser universal.

Assim, a escola por meio da:

Liberdade Disciplinada irá conseguir o ajustamento entre a personalidade e a organização educacional, pois a disciplina será como um elemento de formação moral, cívica e comunitária e como uma condição indispensável para o aprendizado vivencial de LIBERDADE COM RESPONSABILIDADE (Escola Delpiano, 1976, n. p, grifo do documento).

Sobre o Relacionamento Humano entre:

alunos x educadores e alunos x alunos, será pautado pelos sentimentos de amizade e respeito mútuos. Vemos desta forma, que em uma escola, onde todos estejam motivados no seu trabalho, onde todos são conscientes e interessados nas suas atividades, não haverá problemas disciplinares. Como experiência, podemos ainda dizer que, antes de tomarmos qualquer medida disciplinar, devemos primeiro procurar conhecer as causas do comportamento do aluno para então procurarmos uma solução educativa e não punitiva para o educando (Escola Delpiano, 1976, n. p).

As normas disciplinares, tendo em vista uma educação disciplinar generalizada em todas as Escolas Estaduais de Campo Grande (MT), encontram-se estabelecidas no Regimento das Escolas de 1º e 2º graus elaborados pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso (Escola Delpiano, 1976).

Nas duas citações podemos perceber a indicação forte da disciplina para que haja ajustamento da personalidade para a organização educacional, ou seja, disciplina ajuda na

formação moral, cívica e comunitária essencial para viver a liberdade com responsabilidade. Se a criança for disciplinada melhor será a sua aprendizagem, em outras palavras, será melhor enquadrada, formatada.

Sobre a disciplina Castro-Goméz (2005, p. 84) explica que as ciências sociais são usadas como “um ‘aparelho ideológico’ que [...] legitimava a exclusão e o disciplinamento daquelas pessoas que não se ajustavam aos perfis de subjetividade de que necessitava o Estado para implementar suas políticas de modernização [...].” O projeto moderno/colonial tinha um perfil de sociedade e dessa maneira, as pessoas deveriam ser ajustadas pelo disciplinamento.

Ainda sobre o planejamento escolar, qualquer nível ou área de atividade, é sempre uma tomada de decisões dentre as possíveis alternativas visando atingir os resultados previstos. O planejamento curricular é um processo de tomada de decisões informadas na realidade com vistas à efetivação do currículo e envolve: 1) sondagem e diagnóstico; 2) definição de objetivos; 3) determinação da seleção e estruturação de conteúdos e seleção e organização de situações de experiência; 4) determinação do sistema de avaliação (Escola Delpiano, 1976).

Algumas definições e funções dos serviços oferecidos:

- O currículo é um conjunto de experiências vivenciadas pelo aluno sob responsabilidade da escola;
- Direção: Processo de tomada de decisões com embasamento legal e técnico científico;
- Coordenação pedagógica: Processo de ativação pedagógica com vistas ao desenvolvimento do currículo;
- Docência: Processo de orientar a aprendizagem do aluno;
- Assistência ao educando: Processo de prover assistência aos alunos, com vistas à melhoria curricular;
- Apoio administrativo: Processo de criar, manter e desenvolver atividades auxiliares de ordem administrativa;
- Apoio didático: Processo de criar, manter e desenvolver atividades auxiliares de ordem didática;
- Avaliar: Ação de comparar modelos descritivos com modelos prescritivos, oferecendo informações para tomada de decisões (Escola Delpiano, 1976, n. p.).

A filosofia da escola é baseada na dinâmica do trabalho que envolve os pais, professores e alunos, baseados na lei 5692/71. Estrutura e funcionamento da escola estava organizada da seguinte maneira:

- Organização Administrativa;
- Competência do Diretor;
- Organograma com (ações) órgãos, fins o meio;
- Funcionograma;
- Fluxograma: de Matrícula e de Transferência: Expedida e Recebida;
- Cronograma: calendário planejado de todas as atividades da Escola como:

Matrícula	Ano Letivo	Avaliação do planejamento	Reciclagem	Entrega de notas
Planejamento	Reunião de professores	Transferências	Inscrições do professor (lotação)	Reunião com outros órgãos
Reunião de pais e mestres	Avaliação	Comemorações cívicas	Feriado	

Fonte: Escola Delpiano, 1976

Quadro 1 – Número de alunos por série

Série	Nº de alunos	Sexo	Aprovados	Reprovados	Desistentes
1ª série	20	13 fem. 07 masc.	3 – (01masc. e 02 fem.)	6 (3 masc. e 3 fem.)	11
2ª série	20	17 fem. 03 masc.	5 – (2 masc. e 3 fem.)	Nenhum	15
3ª série	09	04 fem. 05 masc.	7 (5 masc. e 02 fem.)	Nenhum	02
4ª série	14	11 fem. 03 masc.	3 (3 masc.)	01 fem.	10

Fonte: Adaptado do acervo da escola (1976)

Um quadro de funcionários e professores do ano de 1979 está organizado no quadro 2 e 3.

Quadro 2 – Funcionários da Escola Estadual de 1º grau Pe. Franco Delpiano em 1979

Nome	Função	Escolaridade
Lino Villachá	Diretor	Científico
Eliana Akemi Taira	Auxiliar administrativo	Contador
Delcira Coimbra da Silva	Servente	1º grau incompleto
Elza Rabelo Depiere	Servente	1º grau incompleto

Fonte: Acervo da escola (1979)

Quadro 3 – Professores da Escola Estadual de 1º grau Pe. Franco Delpiano em 1979

Nome	Formação	Série
Maria Augusta Coimbra da Silva	Pedagogia	1ª série
Maria Valda de Solza	Normal	2ª série
Maria Amália Albernez Adrade	Normal	3ª série
Rosinha Geleolata Dittmar	Pedagogia	4ª série

Fonte: Acervo da escola (1979)

A Resolução nº 8 do Conselho Federal de Educação, de 1º de dezembro de 1971, resultante do Parecer 853/71, instituiu as matérias do núcleo comum e as disciplinas obrigatórias das matérias fixadas. As matérias seriam trabalhadas no currículo de maneira integrada, seguindo um escalonamento em consenso com o amadurecimento do aluno (Santos, 2014).

Art.1º. O núcleo-comum a ser incluído, obrigatoriamente, nos currículos plenos do ensino de 1º e 2º graus abrangerá as seguintes matérias:

- a) Comunicação e Expressão
- b) Estudos Sociais
- c) Ciências

§ 1º Para efeito da obrigatoriedade atribuída ao núcleo-comum, incluem-se como conteúdos específicos das matérias fixadas:

- a) Comunicação e Expressão – a Língua Portuguesa;
- b) nos Estudos Sociais – a Geografia, a História e a Organização Social e Política do Brasil (OSPB);
- c) nas Ciências – a Matemática e as Ciências Físicas e Biológicas. Art.2º. As matérias fixadas, diretamente e por seus conteúdos obrigatórios, deverão conjugar-se entre si e com outras que se lhes acrescentem para assegurar a unidade do currículo em todas as fases do seu desenvolvimento (Brasil, 1971, n. p)

Conforme o que foi estabelecido na Resolução 8 do Conselho Federal de Educação, de 1º de dezembro de 1971, encontramos no documento “Planejamento Curricular” as disciplinas ministradas na escola.

Os professores ministravam todas as disciplinas referentes à sua sala de aula: língua portuguesa, matemática, estudos sociais e ciências, seria equivalente ao professor regente hoje. Havia um manual com critérios para seleção e organização de conteúdo para os professores se embasaram. O conteúdo era visto como o instrumento básico para atingir os objetivos e por essa razão precisava ser cuidadosamente selecionado. Os conteúdos selecionados deveriam estar relacionados com os objetivos definidos. Era recomendado escolher os conhecimentos indispensáveis para que os alunos adquirissem os comportamentos fixados. Também preferencialmente escolher conteúdos mais importantes, mais centrais e mais atuais, graduando os conteúdos de acordo com as experiências anteriores (Escola Delpiano, 1976).

A respeito da escolha dos conhecimentos indispensáveis para os alunos adquirirem “comportamentos fixados”, Barreto (2010) pondera que em meados do século XX, para os filhos da classe trabalhadora, a ideia sobre a tarefa educativa nos anos iniciais da escolaridade era antes de qualquer coisa socializadora.

Os currículos das escolas normais, que passaram também no século XX a preparar a um só tempo as professoras primárias e as da pré-escola, a despeito dos esforços de buscar fundamentos científicos às práticas escolares, pouca importância conferiram aos conteúdos específicos a serem ensinados pelas professoras. [...] À semelhança da mãe, a professora primária e a da pré-escola devem ser, antes de tudo, formadoras de atitudes e valores (Barreto, 2010, p. 431-432).

O que se percebe é que, dentro do contexto do governo militar, os conteúdos eram utilizados para formar nas crianças atitudes e valores da época, corpos dóceis em relação ao comportamento padrão, a moral, a disciplina, a obediência, o aceitar sem questionar. “Os conteúdos velavam o sentido do olhar a partir do temer e do não ousar caminhar por trilhas fora das propostas pelo civilismo moral da época. Perguntar, não. Responder, com a resposta já pré-moldada, sim” (Traspadini, 2019, s/p).

Segundo Silva (1995), o conhecimento que consiste no currículo é organizado com pretensão no tipo de sujeito que se deseja formar. Ainda segundo o autor, o conteúdo do currículo é uma construção social que já chega pronto e sem oportunidade de negociação, com relações de poder que precisam ser analisadas, como na década de 1970. A modernidade esteve e está inserida no currículo das escolas contemporâneas fazendo- o sequencial, linear e estático trilhando o *script* das grandes narrativas da ciência, do trabalho capitalista e do estado-nação. No centro do currículo existente, está o sujeito racional, centrado e autônomo da Modernidade” (Silva, 2004, p. 115). Dessa maneira, o currículo possui conteúdos eurocêntricos e hegemônicos que prejudicam a contextualização cultural e social dos educandos (Silva, 2004).

Dentro desse contexto percebemos que a modernidade foi responsável pelo:

[...] processo de homogeneização cultural em que a educação escolar exerceu um papel fundamental, tendo por função difundir e consolidar uma cultura comum de base eurocêntrica, silenciando ou inviabilizando vozes, saberes, cores, crenças e sensibilidades (Candau, 2006, p. 242).

Isso significa que a homogeneização cultural foi usada para produzir um conhecimento padronizado, cujo intuito era a dominação, silenciando e invisibilizando a diversidade cultural existente na sala de aula.

Em relação à avaliação da aprendizagem, o documento aponta que era considerada o último dos momentos didáticos. Porém quando considerada um recurso para determinar a natureza e a quantidade de mudanças comportamentais dos educandos em função dos objetivos propostos e das estratégias previstas, a avaliação passava a ser encarada como um processo contínuo e paralelo, de acordo com os objetivos.

No planejamento da avaliação deveria ser considerado: 1) avaliar continuamente o aluno; 2) prever atendimento imediato a cada dificuldade observando-se as dificuldades individuais; 3) selecionar instrumentos de avaliação; 4) registrar os dados de avaliação aplicando critérios interpretação aos resultados alcançados. Para que o trabalho do professor fosse eficiente abrangendo todas as dimensões, intelectual e da personalidade, era necessário um diagnóstico cuidadoso da classe.

O item 4 fala sobre a interpretação dos resultados alcançados, em relação a isso não encontramos nenhum documento com essa interpretação, porém o quadro 8 mostra que no ano de 1976, da 1^a a 4^a série, houveram 7 reprovados e 38 desistentes, e embora não tenha nenhuma interpretação do motivo desses resultados, podemos deduzir que esse grande número de desistentes e reprovados seja em função dessa nossa estrutura administrativa de cobranças para alunos adultos, afinal, na escola anterior e informal, não havia tantas cobranças e os alunos não estavam acostumados a tantas regras.

De acordo com as teorias da educação, a avaliação assume características diferentes em relação aos valores necessários à sociedade da época. Na década de 1970, durante o governo militar, imperava o modelo tecnicista que visava o padrão de competência individual do aluno explicitada nos objetivos estabelecidos pelos especialistas. A avaliação se expressava pelo alcance parcial ou total dos objetivos construídos. Dessa forma, a avaliação gira em torno do padrão de competência estabelecido nos objetivos (Martins, 1985).

A educação era uma forma de governamentalidade, projeto da modernidade, que visava ajudar por meio da educação a vida dos cidadãos ao sistema de produção por meio desses comportamentos fixados. “A questão era ligar todos os cidadãos ao processo de produção mediante a submissão de seu tempo e de seu corpo a uma série de normas que eram definidas e legitimadas pelo conhecimento” (Castro-Gómez, 2005, p. 81).

Sobre o ano letivo da Escola Estadual de 1º grau Pe. Franco Delpiano, este era composto de 180 dias letivos, com dois períodos de 90 dias, uma carga horária de 4 horas diárias e carga horária anual de 720 horas, como previsto na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, capítulo 1, artigo 11: “O ano e o semestre letivos, independentemente do ano civil, terão, no mínimo, 180 e 90 dias de trabalho escolar efetivo, respectivamente, excluído o tempo reservado às provas finais, caso estas sejam adotadas” (Brasil, 1971, s/p). Foi dessa maneira que a Escola Estadual de 1º grau padre Franco Delpiano, iniciou suas atividades em 1976, com muitas normas, regras, avaliações, conteúdos a serem cumpridos em tempo determinado.

Considerações Finais

A análise da Escola Estadual de 1º grau Padre Franco Delpiano durante a década de 1970 evidencia como a instituição refletia, em sua estrutura, funcionamento e práticas pedagógicas, os ideais da política educacional vigente no período da ditadura militar, especialmente os delineados pela Lei nº 5.692/71. A escola se organizava dentro de um modelo tecnicista, disciplinador e centralizador, marcado por conteúdos curriculares fixos, metas comportamentais bem definidas e uma concepção de avaliação atrelada à mensuração da adaptação dos alunos às normas e objetivos impostos. Embora apresentasse infraestrutura básica para seu funcionamento, os altos índices de evasão e reprovação revelam as limitações de um modelo escolar que não dialogava com as reais condições e necessidades dos alunos, muitos deles oriundos de contextos vulneráveis e com vivências distintas das exigências escolares formais.

Além disso, observa-se a presença de um currículo eurocêntrico e homogeneizador, reforçando valores da modernidade/colonialidade que silenciavam saberes e culturas locais. O estudo do Planejamento Curricular da época, apesar de suas semelhanças com o atual Projeto Político Pedagógico (PPP), mostra como o discurso da educação servia a uma lógica de controle social e formação de sujeitos moldados para atender ao projeto de Estado.

Refletir sobre esse contexto é essencial para compreendermos os caminhos percorridos pela educação brasileira e os desafios contemporâneos de construir uma escola mais inclusiva, democrática, plural e comprometida com os direitos humanos e com a valorização da diversidade cultural.

Referências

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Política e reforma educacional no Brasil: o papel do Estado. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Resolução nº 8/71, de 1º de dezembro de 1971, do CFE. Fixa o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, definindo-lhe os objetivos e a amplitude. Brasília, 1971.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. O/a Educador/a como agente cultural. In: LOPES, Alice R. C.; MACEDO, Elizabeth F. de; ALVES, Maria P. Carlos (orgs). **Cultura e Política de Currículo**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2006.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, 130 Argentina: CLACSO, 2005. Colección Sur-Sur

ESCOLA DELPIANO, Escola Estadual Pe. Franco Delpiano. **Documento escolar**, 1981.

ESCOLA DELPIANO, Escola Estadual Pe. Franco Delpiano. **Documentos Históricos** (acervo da escola). Campo Grande, 1976.

ESCOLA DELPIANO, Escola Estadual Pe. Franco Delpiano. **Documentos e Orientações – Projeto Político Pedagógico**. Campo Grande, 2022.

ESCOLA DELPIANO, Escola Estadual Pe. Franco Delpiano. **Planejamento Curricular**, 1975.

MARTINS, Pura Lúcia. **A Didática da atual programação do trabalho na Escola.** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade da Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 1985.

SILVA, M. A. D. Do projeto político do banco mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 283-301, dez. 2003.

TRASPADINI, Roberta. A torturante função da educação na década de 1970. Le Monde Diplomatique Brasil. **Jornal online**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-torturante-funcao-da-educacao-na-decada-de-1970/>. Acesso em: 15 jun. 2023.